

Anderson de Jesus Sousa

Professor efetivo das séries iniciais (4º e 5º ano) do município de Parauapebas/PA;
Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA;
Pós-graduado em Docência e Gestão no Ensino Superior – PUC-MG;
e em Educação Especial pela Faculdade DOM ALBERTO

RESUMO

O artigo trata sobre a inclusão da criança com Transtorno do Espectro do Autista - TEA na educação infantil pré-escola I e II. A pesquisa bibliográfica tratou sobre a origem, conceitos, sintomas do Autismo e a partir daí fez-se considerações importantes sobre a parceria família e escola no tratamento, acompanhamento e desenvolvimento da criança com TEA. Logo, buscou-se pesquisar as necessidades das crianças com autismo na Educação Infantil da pré-escola I e II, apresentando as possibilidades e alternativas possíveis para a inclusão destas no meio social e escolar. Os sintomas e o grau de comprometimento variam largamente, por isso é comum citar o autismo como um espectro de transtornos, designados genericamente de transtornos invasivos do desenvolvimento. A inclusão tanto do aluno com autismo como a de qualquer outro aluno com alguma deficiência deve ser assegurado conforme as leis vigentes em nosso no país.

Palavras-chave: inclusão; autismo; educação infantil.

INTRODUÇÃO

A origem do autismo ainda é uma incógnita, embora os estudos e pesquisas realizados indiquem para um forte componente genético. Não há um padrão de herança característico, o que indica que o autismo seja condicionado por um mecanismo multifatorial, em que as diferentes combinações de alterações genéticas ligadas à presença de fatores ambientais podem levar ao aparecimento do distúrbio.

Perante isto, como diagnosticar a criança autista na educação infantil? E quais atividades e intervenções pedagógicas e inclusivas podem ser realizadas?

O objetivo deste é investigar as necessidades das crianças com autismo na Educação Infantil na pré-escola, apresentando as possibilidades e alternativas possíveis para a inclusão dessas crianças no meio social e escolar. Ressaltando a importância do tratamento pedagógico a ser realizado

no processo de ensino-aprendizagem através de técnicas e procedimentos de forma adequada.

Para a preparação do presente artigo primeiramente buscou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, revistas, leis e demais fontes disponíveis. Foram pesquisados sobre o conceito, características, sintomas e algumas atividades adaptadas que possa ser desenvolvido com um aluno autista, levando em conta que a inclusão nas escolas regulares no Brasil ainda é um grande desafio tanto para os profissionais quanto para família e sociedade.

Quanto à organização deste artigo, apresentamos a fundamentação teórica, revelando os estudos dos pioneiros na temática sobre o autismo, como o caso de Kanner (1943) e Asperger (1944). Seguindo a construção falaremos sobre os sintomas do autismo apresentando a definição da *National Society for Autistic Children*. Após a apresentação dos itens citados, trataremos sobre a interação entre escola e família, e o que esses 2 atores devem se preocupar com o tratamento e o direcionamento da criança para profissionais especializados. E por fim, concluiremos focando a necessidade e estratégias para a inclusão da criança autista no âmbito da escola regular, tendo como esse espaço com uns dos primordiais para o desenvolvimento dessa criança no que compete a aquisição de maior independência para a sua vida prática.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os pesquisadores pioneiros sobre autismo foram Kanner (1943) e Asperger (1944), apesar da proximidade dos anos da realização de seus estudos os 2 realizaram os estudos separadamente e contribuíram muito para a divulgação sobre o autismo.

As principais definições apresentadas pelos estudos do pesquisador Leo Kanner (1943) são:

As relações sociais e afetivas: Desde o início há uma extrema solidão autista, algo que, na medida do possível, desconsidera, ignora ou impede a entrada de tudo o que chega à criança de fora. O contato físico direto e os movimentos ou ruídos que ameaçam romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou, não bastasse isso, não sentidos dolorosamente como uma interferência penosa (KANNER, 1943).

Portanto, com os escritos do estudioso verificar-se que o autismo possui algumas características peculiares, como fechar-se em si mesmo com diz o autor sobre a extrema solidão autista. Vejamos outras características presente no Transtorno do Espectro Autista – TEA:

A Comunicação e a linguagem – Kanner apresentou a ausência de linguagem (mutismo) em algumas crianças e seu uso de forma estranha nas que possuem a verbalização, a presença de escolha, a aparência da surdez em momentos no desenvolvimento.

As mudanças no ambiente e na rotina – A criança “é governada por um desejo ansiosamente obsessivo por manter a igualdade, que ninguém, a não ser a própria criança, pode romper em raras ocasiões” (KANNER, 1943, p. 22).

Memória – Capacidade admirável de algumas crianças em memorizar grande quantidade de material sem sentido, ligação ou efeito prático.

Hipersensibilidade a estímulos – Muitas crianças autistas reagem a certos ruídos e a alguns objetivos. Manifestam problemas com a alimentação com texturas, tipos e formas. Se um ambiente é modificado mesmo que seja um pequeno detalhe, a criança autista percebe que o ambiente deixou de ser idêntico e na maioria das vezes não sendo aceito.

Na definição de Hockenberry, Wilson e Inkelstein (2006, p. 618), o autismo é apresentado com “um distúrbio evolutivo complexo do funcionamento cerebral acompanhado de uma ampla e gravidade de déficits intelectuais e de comportamento”.

SINTOMAS DO AUTISMO

De acordo com a definição de Autismo indicada pela *National Society for Autistic Children* – NSAC e pela *American Psychiatric Association*, os sintomas são:

Ausência ou atraso de fala e de linguagem mesmo que possam apresentar algumas capacidades específicas de pensamento.

Anormalidade no ritmo de desenvolvimento e na aquisição de habilidades físicas, sociais e de linguagem.

Modo incomum de pensar.

Respostas anormais dos sentidos. Os autistas podem ter algum sentido afetado ou combinação de quaisquer deles. (visão, olfato, equilíbrio, dor, paladar, etc).

Crianças autistas em sua maioria não percebem quando existe a presença de pessoas à sua volta ou até mesmo quando estas tentam lhe chamar atenção. Já outras não demonstram interesses por carinho, carícias ou qualquer tipo de demonstração de afeição quando estão no colo de alguém.

Apresentam comprometimento na fala, demorando a falar ou até mesmo não chegando a verbalizar nenhuma palavra. Outras vezes possuem um vocabulário muito restrito e objetivo.

Segundo Facion (2002) o autismo caracteriza-se por uma tríade de anomalias comportamentais: limitação ou ausência de comunicação verbal, falta de interação social e padrões de comportamento restritos, estereotipados e ritualizados. A manifestação dos sintomas ocorre antes dos três anos de idade e prossegue durante a vida adulta. A incidência do autismo é 5 (cinco) a cada 1.000 (mil) crianças, sendo a proporção 4 meninos para cada menina afetados.

Já os estudos de Chakrabarti e Fombonne (2001) e Fombonne et al., (2006) estimam o aumento drástico de casos de autismo, atingindo a média de 40 e 60 casos a cada 10.000 nascimentos.

Novos estudos realizados no Centro de Controle e Prevenção de Doenças - CDC nos Estados Unidos demonstra que a prevalência passará a ser constatada de 1 autista para cada 59 crianças.

Os sintomas e o grau de comprometimento variam muito conforme cada criança, por isso é comum o autismo ser designado como um espectro de transtornos invasivos, chamados genericamente de transtornos invasivos do desenvolvimento. Com isso, estabeleceu-se critérios de classificação dos transtornos invasivos do desenvolvimento que consta formalizados no Manual de Diagnóstico e Estatístico (DSM-IV) da Associação Americana e Psiquiatria e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) que publicada anualmente e é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Bleuler assinalou que existe uma “barreira” autística, como um interesse relevante na vida interior em detrimento do mundo exterior do autista, o que poderia resultar, segundo ele, na criação de um mundo próprio, fechado, inacessível, impenetrável. (CAVALCANTI e ROCHA, 2007).

ATITUDES DOS PAIS E FAMILIARES DA CRIANÇA COM AUTISMO

Ligada ao desespero que acomete os pais ao tomar conhecimento do diagnóstico de um filho com o Transtorno do Espectro Autista – TEA vem à luta do relacionamento com este filho autista. Inicia-se pela pergunta: “O que fazer?” e “Por onde começar” Os pais totalmente desorientados quanto ao que seja o autismo, e muito menos com agir com esse filho quanto à falta de contato entre ele e o mundo exterior, passa a se desesperar.

Os questionamentos a respeito da causa e condição do seu filho pairam sobre as mentes dos pais, juntando-se a isso os sentimentos de culpa e vergonha, faz com que as crises de desespero e tristeza se alternem. Assim, os pais são afetados pelas crianças que por sua vez tem sua atitude afetada pelo modo de reagir.

A criança autista não parece interessar-se por coisa alguma que uma criança típica costuma se interessar. Os pais se responsabilizam pelo distúrbio quando são questionados, como é possível a presença de um único autista entre irmãos típicos?

Kanner afirmou que as crianças autistas não estabeleciam contato afetivo, percebeu-se e se passou a aceitar que elas eram desprovidas de qualquer sentimento e da capacidade de sentir. Dessa maneira pensam Cavalcanti e Rocha (2007) que talvez por isso seja tão frequente que as expressões de sentimentos como raiva, alegria ou tristeza, sejam geralmente explicadas como mal-estares físicos. Os pais e profissionais, atraídos por essas ideias, não conseguem se implicar, nem reconhecer as demonstrações de afeto das crianças.

Os familiares acabam supondo problemas de relacionamento entre o casal para com este filho, porque a criança parece não entender a eventual falta dos pais, chegando a ignorá-los, por mais que os pais busquem o contato mais amoroso e carinhoso.

Perante o contexto, Szabo (1996, p.37) aponta:

É importante a família buscar apoio quando sentir-se afetada, devendo, porém, evitar conselheiros familiares não esclarecidos, sua atuação errada poderia ser mais danosa ainda. Somente o núcleo familiar unido pode prestar assistência necessária à criança autista. A partir do trabalho inicial em direção a uma maior habilidade de linguagem social é que evolui uma melhor adaptação ao mundo externo (SZABO, 1996, p.37).

A família e os pais devem primeiramente preocupar-se com o início do tratamento e/ou acompanhamento buscando-se um profissional qualificado e especialista na área. Partindo daí, buscar complementar esse atendimento com outros profissionais, como: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo entre outros. Enquanto campeiam as causas, não se pode esperar para iniciar o tratamento e nem descuidar de combater os efeitos.

Há um consenso entre os estudiosos e pais em torno da ideia que os autistas necessitam de um tratamento especial e direcionado o mais cedo possível, devendo ser tratadas por pessoas treinadas e capacitadas, devendo estes profissionais estimular e reforçar dos mais simples hábitos do dia a dia, como: vestir-se, alimentar-se entre outros.

Szabo sugere (1996, p. 39) “tratamento da criança autista tem que contar com o suporte dos pais e demais profissionais habilitados”. Sabemos que para cada abordagem e/ou treinamento tem um conjunto de fatores envolvendo a criança, pais e os profissionais, onde esses atores devem trabalhar em uma única sintonia, buscando sempre estarem informados de todas as etapas, avanços e retrocesso dessa criança.

Para Siegel (2008, p. 165), “para muitas famílias, a aceitação da perturbação da criança é um processo gradual, nunca concluído”. Entretanto, a pesquisa de Nogueira e Rio (2011) na área de Enfermagem indicou uma conclusão contrária, já que as pesquisadoras verificaram que as famílias aceitam a situação do filho. E mais concluíram que é necessário e fundamental ter competências para avaliar tais famílias, no sentido de dá apoio e suporte, assim como sugerir estratégias de minimização do impacto da perturbação autista na vida familiar.

Os pais e família acreditam ter uma ideia de como as crianças devem se comportar e como devem educá-las. Porém a reação diferenciada da criança autista diante dos pais faz com que a situação familiar se torne mais perturbadora, ocasionando uma mudança nas rotinas normais dos pais e impedindo-os de vivê-las.

Para que os pais comecem a compreender e entender melhor seu filho autista é necessário primeiramente reagir de maneira adaptada, colocando a disposição da criança uma rotina de educação padronizada.

Outra situação que surge é quando os pais tentam conseguir informações acerca da real condição de seu filho. Em muitos casos, obter um diagnóstico exato da situação da criança não é uma tarefa tão fácil. Os especialistas são incertos e muitas vezes resolvem a situação direcionando essa criança para outros profissionais.

E por fim é de suma importância que os pais tenham um acompanhamento psicológico para que possam compreender a situação em que estão vivenciando, e para que não se crie um mecanismo de culpa tanto para a criança, quanto para os pais, o que tornaria a situação ainda mais delicada no meio familiar.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLAS REGULAR

A escola é um local primordial de desenvolvimento na vida de qualquer criança, e claro que para a vida da criança autista será a mesma. A escola deverá buscar para esse aluno autista uma maior independência na sua vida prática, ou melhor, funcional, ressaltando que a escola e o professor tenham mais conhecimento dos sintomas e características desse tipo de transtorno, buscando a partir disso utilizar métodos e recursos necessários para estimular a autonomia e aprendizagem desse aluno, despertando nessa criança o interesse e desejo para estar nesse ambiente de ensino e aprendizagem.

Na perspectiva da escola inclusiva, as mudanças são propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 com a inserção do capítulo V dedicado à modalidade Educação Especial, em que seu artigo 58, versa:

Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial (BRANDÃO, 2005, p. 129).

A inclusão do aluno autista quanto qualquer aluno com alguma deficiência está assegurado por lei, e é um direito, porém podemos verificar que em algumas instituições de ensino no nosso país com a proposta de educação inclusiva isso não vem acontecendo conforme previsto nas Leis que respaldam essa modalidade. A inclusão é um ideal possível de ser realizado, porém, para que isso aconteça de maneira efetiva nas escolas, são necessários esforços políticos, administrativos, pedagógicos, culturais entre tantos outros, e primordialmente o trabalho do professor.

Cruz (2009) indica que a inclusão do autista no ensino regular ainda é deficitária em atender as especificações desse sujeito, porém o atendimento em instituições especializadas reduz o seu convívio social, limitando assim suas possibilidades de aprendizagem diferenciadas. Expressa ainda que talvez a solução para esse impasse seria a parceria entre

as duas instituições (regular e especializada), tornando o processo mais próximo da realidade dessa criança.

Para Facion (2009, p. 69):

A escolarização de alunos autistas, tanto no sistema regular quanto no especial, propõe desafios constantes ao professor, pois requer que o docente avalie continuamente sua forma de ensinar, devendo, muitas vezes, reformular planejamentos, adaptar recursos de ensino tradicionais e criar estratégias pautadas na necessidade do educando (FACION, 2009, p.69).

Somos sabedores dos caminhos para a inclusão significativa para todos os atores da escola, porém esse caminho é cheio de obstáculos, quer sejam ligados à formação de professores, educação na diversidade, currículos adaptados para esses alunos com autismo, entre fatores importantíssimos para a execução da verdadeira inclusão.

Jordan (2005 apud CAMARGO e BOSA, 2009) conclui que há necessidade de orientação e formação aos professores, uma vez que estes não tiveram acesso há esses conhecimentos sobre as características e conceitos dos transtornos autísticos, tornando seu trabalho de identificação e intervenção do aluno autista com mais dificuldade.

Uma experiência importante de inclusão da criança autista foi constatada pelos estudiosos Charman, Howlin, Berry e Prince (2004 apud CAMARGO E BOSA, 2009) ao evidenciar através de entrevista com 125 pais de crianças com autismo a existência de progressos e avanços no desenvolvimento e principalmente nas habilidades de socialização e comunicação de tais crianças.

Assim, Camargo e Bosa (2009) ao abordarem sobre a competência social e inclusão social da criança autista concluíram que as pesquisas devem priorizar não apenas a ocorrência de determinados comportamentos, mas sua frequência e intensidade. Para as pesquisadoras é possível revelar que as diferenças nos comportamentos sociais sejam qualitativas e que mesmo com sua baixa frequência não equivale a sua ausência. Nesse sentido, novos estudos nessa área devem investigar esses aspectos que poderão contribuir para a dissolução de vários mitos sobre a educabilidade da criança autista, trazendo evidências de que é possível ampliar e investir em um espaço que acima de tudo é um direito desse cidadão.

CONCLUSÃO

Ao pesquisar a temática percebemos algumas das especificidades e particularidades do Transtorno do Espectro Autismo – TEA, como os sintomas e características e como a família pode atuar na intervenção e desenvolvimento dessa criança. Notou-se que, ao longo do tempo, as informações sobre o autismo têm apresentado uma evolução, onde pesquisas apontam conceitos e maneiras distintas de compreender esse

transtorno, indicando diferentes etiologias e abordagens no contexto de inclusão de crianças autistas na escola regular.

Quanto à inclusão da criança com autismo na educação infantil – pré-escola I e II é necessário primeiramente entender que cabe a Pedagogia, iniciar as intervenções de forma adequada, além disso, é importante entender que essa criança tem potencialidades cognitivas, e que deve ser compreendida em suas especificidades e limitações, e pedagogicamente, ser direcionada dentro de seus limites e capacidades.

Apesar das características e traços marcantes do autismo, cada criança tem sua maneira de agir e de compreender. Entretanto, não podemos negar que essa criança necessita de um tratamento pedagógico que atenda suas necessidades e potencialidades, por meio de uma programação de acordo com seu progresso em sala de aula. A partir disso, devem-se propor metas educacionais para essas crianças, utilizando-se de recursos e propostas adaptadas para atingimos os objetivos frente a esse aluno.

Já em relação ao atendimento pedagógico para essa criança autista é de suma importância ter ousadia, criatividade e persistência. O professor regente deve transmitir o conhecimento em sala de aula de forma concreta, visual e com significado para que o aluno possa compreender com maior facilidade e com prazer.

Esse artigo buscou enfatizar a importância da parceria entre escola, família e profissionais da criança autista, uma vez que quando esta é acompanhada em harmonia e integração, os bons resultados são alcançados com sucesso.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statical Manual of Mental Disorders**. 4 th ed. Washigton, DC: American Psychiatric Association, 1994.

Baio J, Wiggins L., Christensen DL, et al. **Prevalência do Transtorno do Espectro do Autismo entre Crianças com 8 Anos de Idade - Rede de Monitoramento de Incapacidades do Autismo e do Desenvolvimento**, 11 Sites, Estados Unidos, 2014. MMWR Surveill Summ 2018.

BRASIL, Lei n.º 12.674 de 27 de dezembro de 2012 – Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acessado em: 14 jan. 2019.

BRASIL, Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acessado em: 14 jan. 2019.

CAMARGO, Sígila Pimental Hober; BOSA, Cleonice Alves. **Competência Social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. In: Psicol. Soc. Vol21 no. 1 Florianópolis. Jan. /Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->

OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS, INCLUSÃO E O TRABALHO EM REDE NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

71822009000100008&script=sci_abstract&lng=es> Acesso em: 20 jan. 2019.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina Schmidtbauer. **Autismo**. – 3 ed. ver. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. – (Coleção Clínica Psicanalítica/dirigida por Flávio Carvalho Ferraz).

CRUZ, T. S. U. R. **Acompanhamento da experiência escolar de adolescentes autista no ensino regular**. Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba. Programa de pós-graduação em Educação, Piracicaba – SP, 2009.

FACION, José Raimundo (Org.) **Inclusão Escolar e suas implicações**. 2 ed. rev. atual. – Curitiba: Ibex, 2009.

JORDAN, R. Managing Austim and Asperger's syndrome in current educational provision. **Pediatric Rehabilitation**, 8, 104 – 112, 2005.

MOREIRA, Patrícia Schiewe Torres. **Autismo: a difícil arte de educar**. Universidade Luterana do Brasil – Ulbra – Campus Guaíba – RS, 2005.

SIEGEL, B. **O Mundo da criança com autismo: compreender e tratar perturbações do espectro do autismo** (2ª ed.) Porto. Porto Editora, 2008.

SZABO, Cleusa. **Autismo em questão**. São Paulo: Angelara, 1996.